

AS POLÍTICAS DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E O AJUSTE DO ESTADO AO MODELO NEOLIBERAL DE DESENVOLVIMENTO

PROFESSIONAL EDUCATION POLICIES AND THE STATE'S ADJUSTMENT TO THE NEOLIBERAL DEVELOPMENT MODEL

POLÍTICAS DE EDUCACIÓN PROFESIONAL Y AJUSTE DEL ESTADO AL MODELO DE DESARROLLO NEOLIBERAL

Felipe Lustosa Brígido
(UECE, Brasil)

Marinina Gruska Benevides
(UECE, Brasil)

Fábio Gentile
(UFC, Brasil)

 <https://doi.org/10.29404/rtps-v5i9.706>

RESUMO: O artigo trata sobre o processo implícito de adequação do Estado ao neoliberalismo no contexto do desenvolvimento das políticas públicas de educação profissional. A questão que se buscou responder foi: até que ponto a educação profissional é capaz de promover uma nova perspectiva de desenvolvimento? À luz das produções de autores contemporâneos, constatou-se a necessidade de se estabelecer uma nova agenda política que articule educação e trabalho, com a ampliação do diálogo social sobre os processos de qualificação e formação dos trabalhadores. A pesquisa bibliográfica empreendida revelou a urgente necessidade de o Estado fomentar políticas de educação profissional que sejam orientadas segundo os novos paradigmas de desenvolvimento e as mudanças que se processam no mundo do trabalho.

Palavras-chave: Políticas públicas, Desenvolvimento Humano, Trabalho e Educação, Educação Profissional.

ABSTRACT: the article deals with the implicit process of adapting the State to neoliberalism in the development context of public policies on professional education. The question that was sought to answer was: to what extent is professional education capable of promoting a new development perspective? In the light of the productions of contemporary authors, there was a need to establish a new political agenda that articulates education and work, with the expansion of the social dialogue on the qualification and training processes of workers. The bibliographic research undertaken revealed the urgent need for the State to foster professional education policies that are oriented according to the new development paradigms and the changes taking place in the world of work.

Keywords: Public policies, Human Development, Work and Education, Professional education.

RESUMEN: este artículo aborda el proceso implícito de adaptar el Estado al neoliberalismo en el contexto de desarrollo de las políticas públicas de educación profesional. La pregunta que se buscaba responder era: ¿en qué medida la educación profesional es capaz de promover una nueva perspectiva de desarrollo? A la luz de las producciones de autores contemporâneos, era necesario establecer una nueva agenda política que articulara la educación y el trabajo, con la expansión del diálogo social sobre los procesos de calificación y capacitación de los trabajadores. La investigación bibliográfica realizada reveló la urgente necesidad de que el Estado fomentara políticas de educación profesional que estén orientadas de acuerdo con los nuevos paradigmas de desarrollo y los cambios que tienen lugar en el mundo del trabajo.

Palabras clave: Políticas públicas, Desarrollo Humano, Trabajo y Educación, Educación profesional.

Introdução

O mundo do trabalho, hoje, é afetado pela desregulamentação e flexibilização da legislação trabalhista, em meio ao processo de financeirização da economia, próprio do neoliberalismo, e daquilo que se convencionou chamar de “globalização”, por referência às transformações recentes do capitalismo e dos modos de gestão da produtividade. Novos significados têm sido emprestados ao trabalho humano, modificando as formas de pensar, agir e sentir no ambiente laboral, o que se justifica por diversos fatores, tais como inovação tecnológica, flexibilidade dos processos de trabalho, necessidade de conquistar mercados e clientes etc.

A redução de postos de trabalho em setores primários e secundários da economia e a progressiva diminuição da proteção social dos trabalhadores e do trabalho formal avançam com a superação da rigidez do taylorismo-fordismo pelas novas tecnologias de gestão do toyotismo e pelo incremento da automação. Não se pode dizer que a ampliação de postos no setor (serviços) e o aparecimento de novas formas organizacionais (as instituições terceirizadas, o *crowdsourcing*¹, as companhias virtuais e as empresas que atuam sob a lógica da economia *on-demand*, comercializando seus produtos e oferecendo seus serviços por meio de aplicativos) têm significado a valorização da força de trabalho.

Por meio de uma pesquisa bibliográfica, este estudo procura descrever o modelo de desenvolvimento implícito no processo de adequação do Estado ao neoliberalismo, para situar as novas configurações do mundo do trabalho e as demandas por políticas públicas de educação profissional, à luz da produção dos autores contemporâneos. Trata-se de uma discussão teórica em torno da compreensão desse modelo e seus reflexos no contexto nacional, onde se destaca a trajetória progressiva das precarização, flexibilização das leis trabalhistas, desregulamentação dos mercados, incrementação dos índices de desemprego, terceirização, postos informais e de novas formas de trabalho e

¹ *Crowdsourcing* (em português, contribuição colaborativa ou colaboração coletiva), é uma palavra em língua inglesa, composta de *crowd* (multidão) e *outsourcing* (terceirização). Por definição, combina os esforços de voluntários identificados ou de trabalhadores em tempo parcial, num ambiente onde cada colaborador, por sua própria iniciativa, adiciona uma pequena parte para gerar um resultado maior. O *crowdsourcing* distingue-se de terceirização pelo fato de o trabalho ser feito por um público indefinido, em vez de ser encomendado ou atribuído a um grupo especificamente designado para realizá-lo. O termo foi criado por Jeff Howe, em junho de 2006, sendo utilizado pela primeira vez na publicação do artigo “*The rise of Crowdsourcing?*”, na revista *Wired Magazine* (GOOSSEN, 2009).

prestação de serviços, notadamente por meio de dispositivos eletrônicos que se utilizam de novas tecnologias.

As transformações no mundo do trabalho à luz do desenvolvimento econômico

A segurança de um emprego estável e bem estruturado numa carreira profissional de longo prazo tornou-se uma realidade quase obsoleta, não mais comumente vivida pelos novos trabalhadores. Não bastasse a vulnerabilidade social dos que são considerados em idade economicamente ativa² e que estão em situação de desemprego aberto³, oculto por trabalho precário⁴ ou desalento⁵, que faz duvidar da centralidade do trabalho como elemento fundante da sociedade contemporânea, a insegurança dos que estão empregados extrapola a incerteza da permanência no emprego. O medo de não ter o devido acesso aos benefícios de proteção social⁶ relacionados ao contrato de trabalho tem obstado a “possibilidade de organização desses trabalhadores, o que os coloca na condição de ‘sem-voz’ no campo político, dificultando qualquer negociação de suas demandas no espaço público” (LIRA, 2012, p. 200).

Além da ameaça constante de desemprego ou da inserção no mercado de trabalho de forma precária, das classes trabalhadoras tem sido demandado o desenvolvimento de competências entendidas como necessárias à *empregabilidade*,⁷ autogestão da carreira, empreendedorismo e

² É considerada População em Idade Ativa (PIA) os brasileiros a partir dos 10 até os 60 anos de idade aptos a exercer uma atividade econômica. Sendo que a População Economicamente Ativa (PEA) compreende o potencial de mão-de-obra com a qual pode contar o setor produtivo, isto é, a população ocupada e a população desocupada. Já a PNEA é a População Não Economicamente Ativa, composta por pessoas que não podem ser classificadas como empregadas nem como desempregadas, por exemplo: pessoas que não possuem e nem estão procurando trabalho (IBGE, 2014).

³ Desemprego Aberto: são pessoas que procuram trabalho de maneira efetiva nos trinta dias anteriores ao da entrevista e não exerceram nenhum tipo de atividade nos últimos sete dias (IBGE, 2014).

⁴ Desemprego Oculto pelo Trabalho Precário: são pessoas que, para sobreviver, exerceram algum trabalho, de auto ocupação, de forma descontínua e irregular, ainda que não remunerado em negócios de parentes e, além disso, tomaram providências concretas, nos trinta dias anteriores ao da entrevista ou até doze meses atrás, para conseguir um trabalho diferente deste (IBGE, 2014).

⁵ Desemprego Oculto pelo Desalento: são pessoas que não possuem trabalho e nem procuram nos últimos trinta dias, por desestímulos do mercado de trabalho ou por circunstâncias fortuitas, mas apresentaram procura efetiva de trabalho nos últimos doze meses (IBGE, 2014).

⁶ Entre os benefícios da proteção social relacionados ao contrato de trabalho estão: o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), o Aviso Prévio, o Abono Salarial, o Repouso Semanal Remunerado, o Vale-transporte, o Salário Família, o Auxílio-doença, as Faltas Justificadas, o Décimo Terceiro Salário, as Férias Remuneradas, o Seguro-desemprego, as Horas extras, o Adicional Noturno, os Intervalos e a Licença Maternidade ou Paternidade (MENEZES, 2018).

⁷ Como explica Benevides (2002), empregabilidade é uma palavra inexistente nos dicionários de língua portuguesa, mas que tem sido amplamente citada em conversas entre profissionais, em artigos e livros que tratam de questões relativas ao trabalho na sociedade atual. Nos Estados Unidos, seu termo equivalente é *employability*, isto é, a condição de dar emprego ao que sabe

multifuncionalidade. Nesse contexto, a educação profissional se apresenta como uma forma de promover o desenvolvimento econômico, reduzir os níveis de desemprego e superar os problemas sociais advindos da incessante precarização laboral.

Nas últimas décadas, as novas tecnologias que se associam às novas formas organizacionais têm privado um contingente cada vez mais elevado de pessoas de seus trabalhos e, também, do recebimento de salários. À medida que o desemprego avança, alastram-se a violência, as transações ilegais e a deterioração da velha sociedade, sem que se possa vislumbrar uma nova, “com uma transformação radical do tempo livre e com uma rápida reciclagem dos cidadãos, capacitando para basear nele – e não na atividade assalariada – a primeira formação e a própria vida” (DE MASI, 1999, p. 97). É problemático, portanto, dizer que se pode gozar das benesses do advento da chamada “era pós-industrial” sem que haja uma intensa transformação interior, individual e coletiva.

Há quem entenda que, no estágio atual do processo de acumulação flexível, a degradação do trabalho e a mutilação física, psíquica e emocional de numerosos grupos de trabalhadores fazem surgir novas formas de economia e produção, pautadas no moto da solidariedade, de modo a revelar a centralidade do trabalho na vida humana como “uma necessidade imperativa à condição de sermos um ser, a um tempo de natureza em geral e diferente dela e que se reproduz materialmente metabolizando-a e transformando-a” (FRIGOTTO, 2015, p. 824).

A agilização do processo produtivo, que costumeiramente recorre à flexibilização das leis trabalhistas, ao gerar novas formas de trabalho, promoveu uma segmentação generalizada do mercado de trabalho e um novo perfil de trabalhador; mais conectado às novas exigências do mercado. Pessoas que não atendem aos requisitos da polivalência e nem possuem a qualificação demandada pelas empresas ficam fora do mercado de trabalho formal, uma vez

e a habilidade de ter emprego.

que, com a redução de empregos na indústria⁸ e com as restrições do setor terciário, grande parte dos indivíduos são empurrados para ocupações informais.

São apontadas como consequências dessa nova ordem produtiva “a heterogeneização, a complexificação e a fragmentação da classe trabalhadora, que dificultam, mas não inviabilizam o seu movimento na direção da emancipação humana” (LIRA, 2012, p. 172). A heterogeneização do trabalho se caracteriza, dentre outras coisas, pela crescente incorporação da mão de obra feminina ao universo laboral e pela intensificada proletarização de determinadas categorias profissionais, expressando-se no aumento do trabalho parcial, temporário, por subcontrato e terceirizado; é um movimento que ganha expressão mundial com os maiores fluxos do contingente de trabalho imigrante. Já a complexificação diz respeito à forma mais sofisticada e complexa da divisão do trabalho, que reconfigurou a maneira como a classe trabalhadora passou a ser explorada e ensejou no surgimento de novos setores burgueses que exploram, de forma cada vez mais intensificada, a mão de obra.

No Brasil, a década de 1990 foi emblemática no sentido de trazer duas novidades relacionadas ao mercado de trabalho; a primeira foi a sua desestruturação e a segunda sua desregulamentação, principalmente no que tange a questões ligadas à flexibilização das condições em que o trabalho passou a ser executado. Em outras palavras, a informalidade, o trabalho temporário, a terceirização, os subcontratos, o trabalho intermitente, o *crowdsourcing* e o trabalho *on-demand* cresceram sobremaneira, sem que direitos sociais fossem assegurados.

A informalidade, em especial, ao trazer no seu bojo a insegurança social, como resultante das alterações do processo de acumulação, interferiu de maneira direta nas relações entre Estado, mercado e sociedade. A rearticulação entre tais atores permitiu modificar os padrões de utilização da mão de obra e da regulação entre capital e trabalho (LIRA, 2012). Políticas públicas foram

⁸ Segundo números do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED), elaborado pela Secretaria do Trabalho, vinculada ao Ministério da Economia (2019), o Brasil registrou a redução de 43 mil postos formais de emprego no primeiro trimestre de 2019. Quando se calcula o desempenho por setor, apura-se que a maior perda registrada até março deste ano foi no setor de comércio, que apresentou uma diminuição de 28.803 vagas, seguido de agropecuária (-9.545), construção civil (-7.781), indústria da transformação (-3.080) e serviços industriais de utilidade pública (-662). Três setores tiveram resultados positivos: serviços (4.572), administração pública (1.575) e extrativa mineral (528).

articuladas e incrementadas no sentido de amenizar os efeitos sociais da vulnerabilidade à qual ficaram expostos os trabalhadores, tais como: o Seguro-desemprego, o Abono-salarial, a intermediação de mão de obra operada pelo Sistema Nacional de Emprego (SINE) e a oferta de cursos de qualificação profissional para trabalhadores desempregados ou em risco de desemprego e para microempreendedores promovida pelo Ministério do Trabalho.

Considerando o cenário de uma nova configuração do mundo do trabalho, no qual as políticas públicas de combate ao desemprego têm sido ineficientes, Pochmann (2010, p. 77) discorre sobre o avanço do trabalho imaterial e suas implicações regulatórias, lembrando que “a adoção de novas estratégias de competitividade e de produtividade, representada por uma nova conduta empresarial, seria uma das principais razões explicativas para as intensas mudanças na organização do trabalho”, alterações essas que derivariam de um arranjo construído a partir das inovações e dos retrocessos que repercutem nas relações de trabalho. O autor ainda afirma que a intensificação do processo de reestruturação das empresas estaria fundamentada em dois pilares: na ascensão da economia do conhecimento e na financeirização da riqueza.

A economia do conhecimento consiste na valorização do saber como elemento gerador de valores tangíveis e intangíveis, ela ganha destaque com a ascensão da sociedade da informação a qual torna a inovação um ponto central para o crescimento econômico. De acordo com Unger (2018), tal economia caracteriza-se pela busca permanente por inovação em processos, métodos e produtos, primando pela aplicação de tecnologias, de capacitações e da ciência na condução das atividades produtivas. A resposta oferecida pelo Estado a tal demanda traduziu-se no crescente volume de investimentos direcionado à educação, em especialmente a profissional e tecnológica (EPT).

Segundo o Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (2019), o orçamento anual de 2019, definido pela Lei nº 13.808/2019, respondeu pelo valor de aproximadamente R\$ 3,3 trilhões, dos quais, R\$ 122 bilhões foram destinados ao Ministério da Educação (MEC). Desse montante, cerca de R\$ 13 bilhões foram direcionados para a EPT, número que diz respeito a mais de 10% do orçamento destinado à pasta da Educação na Lei Orçamentária Anual de 2019.

Nesse sentido, Guile (2008) sugere aos formuladores de políticas públicas que reconsiderem e reavaliem a suposta ligação existente entre a política

educacional e a economia do conhecimento, levando em consideração dois aspectos importantes: a relação entre educação e competitividade e o fortalecimento do elo entre conhecimento, aprendizagem e desenvolvimento econômico.

Já a financeirização pode ser expressa pelo aumento da complexidade financeira que permeia o cotidiano das pessoas nas sociedades contemporâneas, num processo que chega a resultar na criação de produtos financeiros padronizados por parte do mercado e, muitas vezes, até subsidiados pelo Estado. É uma tendência de longo prazo que se traduz no crescimento da intermediação financeira das empresas, evidenciando a predominância da gestão financeira tanto na vida das pessoas como na das organizações. Caracteriza-se, portanto, como “o novo regime de acumulação da economia, definido pela subordinação das atividades produtivas ao interesse do capital financeiro” (MIRANDA, 2013, p. 11)

Chicoski (2016) lembra que o fenômeno da financeirização da economia brasileira baseou-se na implementação de uma política monetária respaldada na contínua acentuação da taxa básica de juros que persistiu até o ano 2016, quando se registrou o percentual de 14,25% ao ano. A elevada remuneração obtida em virtude de tais taxas deu suporte para o crescimento do mercado especulativo, resultando em números como os apresentados pelo Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (SELIC), em 2019, o qual contava com R\$ 6,4 trilhões somente em custódia de títulos e a realização de 21,5 mil operações financeiras por dia (BANCO CENTRAL, 2019).

Antunes (2018) destaca a subsunção real do trabalho ao capital, na qual os chamados “trabalhadores intermitentes globais”, que sofrem com a flexibilização e a desregulamentação do trabalho e são representados por um novo proletariado de serviços na era digital, apresentam um crescimento quantitativo ao passo que o dito processo tecnológico-organizacional-informacional vai eliminando de forma exponencial um volume cada vez maior de força de trabalho, a qual se torna supérflua e descartável. Enquanto a massa trabalhadora está submetida a falta de emprego, ausência de seguridade social e poucas perspectivas para o futuro, a uma lógica destrutiva, os empresários se associam ao trabalhador num plano imaginário, fazendo o uso frequente de palavras destinadas a aumentar o desempenho do empregado: “colaborador”, “parceiro”, “campeão” etc. Com essa associação concorrem os que difundem a

ideia do “empreendedorismo, no qual todas as esperanças são apostadas e cujo desfecho nunca se sabe qual será” (ANTUNES, 2018, p. 38).

A necessidade de se estabelecer uma agenda política de trabalho, com a ampliação do diálogo social sobre os processos de qualificação e formação dos trabalhadores para o atendimento das novas demandas do mundo do trabalho, no entanto, tem sido a tônica de muitas críticas endereçadas ao modelo de desenvolvimento econômico vigente, gerador da precarização das relações de trabalho. Não raras vezes, os discursos empresariais e dos agentes do Estado que propagam os ideais desse modelo têm sido classificados como forma de escamotear a realidade do desemprego estrutural e das crises características do capitalismo.

As concepções de desenvolvimento na contemporaneidade

Diversos autores sugerem que seja feita uma distinção entre os conceitos de “desenvolvimento econômico” e “crescimento econômico”, porque é necessário dar centralidade a questões como: a dependência econômica, os desequilíbrios entre os países centrais e periféricos; a industrialização e a modernização produtiva que não se processa de maneira uniforme entre países e regiões; o aumento da renda nacional sem o concomitante aumento da riqueza e mudança de valores, costumes e modos de vida da população; o aumento da renda real da economia beneficiando elites ou a concentração de renda que a poucos beneficia.

A noção de “desenvolvimento”, que tem norteado muitas análises sobre o trabalho na sociedade capitalista, permanece impregnada pela visão economicista, isto é, a ideia de que a modernização produtiva, o aumento da produtividade, a intensificação do comércio internacional e a conquista de novos mercados promovem a elevação da renda nacional e, conseqüentemente, a riqueza da população e a redução de problemas sociais. Há muito, essa noção é contradita por aqueles que avaliam os efeitos indesejáveis do modo de produção capitalista e a ascensão do regime de acumulação flexível. O desenvolvimento econômico, quando considerado em sua natureza política, revela diversos aspectos da supremacia dos interesses de nações e grupos que controlam processos de produção, consumo e distribuição de riquezas.

Furtado (1974) lembra que o processo de acumulação, protagonizado pelas grandes empresas, tende a reforçar a homogeneidade dos países centrais e reiterar a acentuação do fosso socioeconômico internamente existente nas nações periféricas. Ele combate a hipótese de que seria possível expandir mundialmente o alto padrão de consumo dos países ricos, reconhecendo que o alcance do desenvolvimento só seria possível através de uma distribuição mais equânime da riqueza produzida.

Admite que, a despeito de propiciar o aumento relativo no número de privilegiados nos países periféricos, tal desenvolvimento se mostra incapaz de reduzir a distância socioeconômica entre esses privilegiados e a maior parte da população. Furtado (1974) revela que o tão sonhado desenvolvimento econômico é, simplesmente, não realizável ou, como nas suas palavras: um mito. Uma ilusão criada para justificar a necessidade dos países periféricos em se concentrar em objetivos abstratos como investimentos, exportações e crescimento. Mito esse que funciona como base para sustentar uma doutrina de dominação dos povos pertencentes a países subdesenvolvidos que almejam melhores posições na estrutura imposta pelo sistema capitalista.

Por isso, é importante distinguir o "crescimento econômico", que seria a elevação da renda real de uma economia, do "desenvolvimento econômico" tido como um processo mais amplo que transforma qualitativamente a economia nacional e promove mudanças socioeconômicas em largo espectro, melhorando a qualidade de vida da população, expandindo liberdades individuais e transformando atitudes, valores, costumes e crenças.

O "crescimento econômico", para Berlinck e Cohen (1970), traduz-se num constante aumento da renda real de uma economia, o qual não implica, obrigatoriamente, na melhoria do padrão de vida da população de um modo geral; muitas vezes, as consequências do crescimento se mostram problemáticas e exigem uma investigação empírica para melhor compreendê-las. Nesse raciocínio, é possível haver "crescimento econômico" independentemente do processo de desenvolvimento. Processo esse que, de acordo com Furtado (1974), baseia-se no incremento do nível de consumo das populações, gerando pressões cada vez maiores sobre a utilização de recursos dos países periféricos.

É essa pressão, a qual afeta principalmente os países em desenvolvimento, que progressivamente vem se intensificando e que acaba gerando a

necessidade de se estimular o chamado “crescimento econômico”. A busca incessante por esse crescimento, que muitas vezes ignora limites e provoca instabilidade, torna-se mais evidente quando essa pressão sofre influência do aumento na concentração de renda nos países centrais. Esse fato torna, cada vez mais, evidente a essência desigual e injusta do modelo de desenvolvimento imposto pelo capitalismo, o qual prioriza, quase que exclusivamente, o aumento das métricas econômicas em detrimento da dimensão social.

Isso ocorre em virtude da postura adotada frequentemente pelos diferentes governos, a qual costuma refletir os interesses dos grupos que obtêm vantagem do aumento na concentração de renda. O poder público, quase sempre, mostra-se ineficiente em estancar tal movimento, deixando de promover mudanças estruturais capazes de adequar o processo de crescimento econômico ao de um modelo de desenvolvimento que abarque uma parcela cada vez maior da sociedade, não se restringindo a beneficiar grupos específicos e prejudicar a maioria dos indivíduos.

Para Amaro (2003), a forte ligação entre os conceitos de “desenvolvimento” e “crescimento econômico”, às vezes confundidos em meio a um mesmo significado, trouxe consequências importantes, a saber: o fato de constantemente se considerar o crescimento econômico como uma condição necessária e suficiente para o alcance do desenvolvimento e o fato de frequentemente se usarem indicadores de crescimento econômico, notadamente os de nível de rendimento per capita, para classificar os países como desenvolvidos ou em processo de desenvolvimento.

Amaro (2003) elencou em ordem cronológica de surgimento seis novos conceitos de “desenvolvimento” criados nas últimas três décadas, escolhidos por cumprirem dois critérios fundamentais: serem cientificamente fundamentados e terem reconhecimento institucional internacional, afirmando que o último a aparecer é o único tido como conceito transversal, pressupondo uma abordagem multidisciplinar e uma metodologia disjuntiva. São eles: Desenvolvimento Sustentável; Desenvolvimento Local; Desenvolvimento Participativo; Desenvolvimento Humano; Desenvolvimento Social; Desenvolvimento Integrado.

Desses seis conceitos, o mencionado autor extraiu sete contribuições essenciais para a noção de desenvolvimento, das quais destacamos: o seu caráter multidimensional, a mudança do enfoque da satisfação de necessidades

para a realização das capacidades das pessoas, a sua íntima relação com o conceito e os processos de cidadania, a sua associação a múltiplos protagonistas, e não apenas o Estado, as empresas e os sindicatos, como no modelo anterior e a extraordinária diversidade dos caminhos propostos por estes novos conceitos os quais se propõem a desconstruir a lógica de massificação dos modelos anteriores.

Na visão de Henderson (1999), o desenvolvimento para as sociedades pós-industriais não pode mais se restringir a estatísticas reducionistas apontadas por indicadores, que para ela estão em crise; incapazes de refletir as reais necessidades de cada país, as desigualdades entre as economias centrais e as periféricas, os desequilíbrios regionais e a concentração por grupos sociais. É preciso, pois, reformular concepções e transcender a simples análise do Produto Interno Bruto (PIB) como medida principal do desenvolvimento. O novo paradigma que deve orientar a construção de indicadores de desenvolvimento precisa contemplar atividades não monetarizadas, tais como as melhorias em termo de qualidade de vida da população; participação política e promoção de justiça social e cidadania global.

Como descrito por Harvey (2006), o modelo de desenvolvimento adotado pelo neoliberalismo tem sido altamente degradador da natureza e extremamente excludente na sociedade, dando destaque ao caráter imediato dos eventos e ao sensacionalismo do espetáculo. A isso se atrela a importância do capital corporativo e especulativo, em vistas à acumulação de capital. A fragmentação produzida pelos meios de comunicação contemporâneos derruba as fronteiras usuais do espaço e do tempo, produzindo um novo internacionalismo com fortes diferenciações internas. Nesse contexto, as novas tecnologias permitiram uma produção em massa flexível de produtos quase personalizados os quais exprimem a grande variedade de estilos, propiciando assim a reprodução do populismo do livre mercado e a ascensão do capital simbólico.

Nunes *et alii* (2015, p. 50) questionam se o desenvolvimento econômico, tido como meta prioritária para muitos países em desenvolvimento, o qual sofre interferência direta do processo de globalização, produz efeitos de forma isonômica para as diversas regiões, uma vez que "a conjuntura internacional atual é caracterizada pela crescente integração do comércio internacional de bens e serviços, dos mercados financeiros e dos fatores de produção". Reveste-

se, portanto, de suma importância o debate sobre os ganhos da feroz abertura comercial que não assegura a distribuição de renda entre os diferentes atores envolvidos das mais diversas classes sociais.

A maior concentração de renda propiciada aos países centrais pela disseminação do livre comércio internacional, o qual ocorre em virtude do grande desequilíbrio existente entre países desenvolvidos e subdesenvolvidos, constitui-se como um importante aspecto negativo da filosofia do livre cambismo, ligada ao modo de transacionar bens e serviços. Na busca por alternativas que melhorem a qualidade de vida de suas populações, vários países vêm empregando políticas econômicas no sentido de promover a abertura comercial, a fim de facilitar o alcance do desenvolvimento econômico.

As assimetrias socioeconômicas, geradas por uma modelo de desenvolvimento que prima pelo alcance do crescimento econômico a qualquer custo, reforça a ideia de que o alcance do desenvolvimento inevitavelmente passa pelo superdimensionamento da dimensão econômica. Num movimento que reforça os níveis de concentração de renda e prima pela proliferação do livre comércio em escala mundial, as políticas econômicas ignoram outras dimensões do desenvolvimento, como, por exemplo, aquelas que se associam às políticas de educação.

Leme (2015) diz que o desenvolvimento econômico deve ser explicado à luz da formação histórica do capitalismo, atentando-se para as políticas macroeconômicas e para os processos de acumulação. Ele recorda que o tema desenvolvimento nas sociedades capitalistas, entendido como campo de estudo, tem-se pautado majoritariamente pela economia. A reflexão sobre o desenvolvimento, no entanto, transpassa obrigatoriamente a questão da industrialização, sendo impossível abordá-lo desvinculado das transformações da geopolítica mundial. Isso põe em evidência e até amplia o escopo da discussão sobre as relações entre Estado e mercado. Assim, o desenvolvimento assume o posto de variável central na compreensão do capitalismo, especialmente sob o ponto de vista histórico.

Santos (2011, p. 37) alerta para o falso ideário propagado pelas agências internacionais de fomento, as quais agem como verdadeiros porta-vozes de uma globalização econômica sustentada pelo consenso neoliberal, dizendo que “o modelo de desenvolvimento orientado para o mercado é o único modelo compatível com o novo regime global de acumulação, sendo, por isso,

necessário impor, à escala mundial, políticas de ajustamento estrutural". É um modelo de industrialização e crescimento injusto por natureza, capaz apenas de remanejar, numa via de mão única, a renda da grande massa da população para os três maiores beneficiados: a burguesia estatal, as multinacionais e o capital local.

Um modelo de desenvolvimento que ignora tanto o alargamento das diferenças sociais como o deliberado crescimento da pobreza não deve ser tomado como referência, quando o que se busca é a elevação dos índices que medem a qualidade de vida dos indivíduos e a melhoria no grau de acesso equânime às oportunidades de ascensão social, como é o caso da educação.

Na perspectiva de Sen (2000, p. 17), "o desenvolvimento pode ser visto como um processo de expansão das liberdades reais que as pessoas desfrutam". Esse destaque dado às liberdades humanas vai de encontro às perspectivas mais reducionistas de desenvolvimento, mormente as que costumam medi-lo pelo crescimento do Produto Nacional Bruto (PNB), aumento da renda, modernização tecnológica e progresso industrial. Desprezando o uso desses indicadores, o autor ressalta que os índices ligados à renda devem ser usados como meio de expansão das liberdades desfrutadas e que essas sim podem conduzir ao desenvolvimento. Em sua obra, a educação é apresentada como uma das disposições estabelecidas pela sociedade, um tipo de liberdade instrumental chamado de oportunidade social, que influencia a liberdade substantiva do indivíduo em busca de uma vida melhor.

Leite (2012, p.39), ao abordar o desenvolvimento como um processo abrangente e multidimensional, capaz de reorientar e reorganizar completamente o sistema econômico e social, afirma que o mesmo "[...] deve motivar mudanças fundamentais nas atividades populares e até mesmo nas crenças e costumes". O crescimento econômico, com a elevação pura e simples da renda *per capita*, não deve ser o único parâmetro para mensurar o nível de desenvolvimento de um país, na verdade; deve-se levar em consideração a associação entre o aumento da renda *per capita* e as modificações na estrutura econômica, bem como as mudanças políticas, sociológicas, culturais e psicológicas decorrentes desse processo.

Os discursos justificadores do modelo de desenvolvimento pautado nos princípios da acumulação flexível têm encontrado na valorização do conhecimento necessário à utilização das novas tecnologias uma justificativa

para os investimentos públicos em educação profissional. Tais investimentos, frequentemente, ensejam a elaboração de políticas voltadas à inovação, as quais propõem a ideia de que a mensuração do desenvolvimento seja feita pelos indicadores tradicionais de crescimento econômico, sem, contudo, aprofundar os problemas do desemprego e das desigualdades sociais estruturais.

O que se convencionou chamar de “nova economia” ou “economia do desenvolvimento” traduz o paradigma hodierno de desenvolvimento econômico e tem por base o conhecimento e o uso da tecnologia de ponta, consolidando o crescimento da produtividade, tornando as organizações competitivas e explorando intensivamente os setores ligados à inovação. Ou, como diz Guimarães (2016, p. 261), a economia moderna “pressupõe que a consolidação do desenvolvimento econômico depende de a) matriz institucional baseada em instituições dinâmicas, competitivas e independentes; e b) uma nova economia, baseada em produtividade elevada, conhecimento e inovação”.

Trata-se de um movimento que incrementa os investimentos em educação, ciência, tecnologia e inovação, por meio de ações que buscam elevar os níveis gerais educativos e estimular o desenvolvimento de competências específicas, a transformação de valores e comportamentos sociais. Priorizando o desenvolvimento de competências em matemáticas e ciências, bem como estimulando a realização de atividades de pesquisa e desenvolvimento em consonância com os novos modos de produção. Não raras vezes, a ausência de um sistema universal de educação de qualidade induz a conservação das disparidades socioeconômicas (GUIMARÃES, 2016).

Como podemos observar, a educação assume um papel crucial quando se trata da temática do desenvolvimento, mostrando-se necessária ao processo de ajuste do Estado ao modelo de desenvolvimento baseado nos postulados do neoliberalismo, especialmente por seu potencial de contribuição significativa para o crescimento econômico. Favaro e Tumolo (2016) advertem que, sendo a educação e a economia guiadas pela reestruturação produtiva, é mais correto falar numa imposição do que numa opção, sobretudo quando se trata de analisar o desenvolvimento econômico de forma histórico-concreta.

O modelo de desenvolvimento nacional

Há muito se tem propagado que o desenvolvimento brasileiro estaria condicionado ao alcance do crescimento econômico do país. Bielschowsky (1995), por exemplo, afirma que, a partir da década de 1930, três correntes passaram a protagonizar essa ideia: a neoliberal, a desenvolvimentista – dividida entre a pública não nacionalista, a pública nacionalista e a privada e a socialista.

Tendo o Brasil o privilégio de contar simultaneamente com três grandes “motores” de expansão do desenvolvimento, são eles: um amplo mercado interno de consumo de massa, uma forte demanda nacional e mundial por seus abundantes recursos naturais e perspectivas favoráveis quanto à demanda estatal e privada por investimentos em infraestrutura, seja econômica ou social. Bielschowsky (2012) situa o “desenvolvimento” como um projeto de superação do “subdesenvolvimento”, que se dá por meio do estímulo estatal às políticas de planejamento e industrialização integral.

Para melhor compreender os parâmetros pelos quais se avaliam o alcance ou não do desenvolvimento no Brasil, faz-se necessário realizar um breve resgate histórico das diferentes correntes de pensamento econômico que guiaram o projeto básico de desenvolvimento nacional.

Assim, partimos do pressuposto que o “desenvolvimentismo” se constituiu como um projeto de industrialização planejado e apoiado pelo Estado, o qual teve seu ciclo de vida entre os anos de 1930 e 1964. Tal ideologia, surgida em meio ao colapso da supremacia das oligarquias cafeeiras, representou um salto qualitativo na ideologia industrialista, inaugurando a noção de que o desenvolvimento seria atingido por meio da acumulação de capital proveniente, especialmente, do setor industrial. Alguns elementos deram suporte ideológico a essa ideia, a saber: a consciência da necessidade uma maior integração industrial e da centralização dos recursos financeiros para viabilizar a acumulação no setor, o fortalecimento da noção de que a intervenção governamental seria essencial e a defesa do nacionalismo econômico.

O suporte histórico para a conscientização desenvolvimentista passa pelo atendimento às demandas provenientes de um verdadeiro surto industrial pelo mundo, setor que no Brasil apresentava grande capacidade ociosa. Nesse sentido, o poder público brasileiro passou a oferecer como resposta a este panorama problemático a criação de “um arcabouço de instituições de

regulação e controle das atividades econômicas do país. Os novos órgãos reuniam, num formato eminentemente corporativo, autoridades do governo, empresários, militares e técnicos civis” (BIELSCHOWSKY, 1995, p. 253-254). Nessa perspectiva, a opção pelo “desenvolvimentismo” demandou do Estado a consolidação de uma nova estrutura comprometida com o crescimento econômico a partir da expansão da indústria nacional.

Nas décadas posteriores, os diferentes governos, sejam civis ou militares, assumiram posturas semelhantes quanto à promoção do desenvolvimento em nosso país. Independente do grau de participação nesse processo de estímulo ao processo desenvolvimentista, o Estado sempre esteve à frente e agindo de forma ativa para fomentá-lo. As subseqüentes crises financeiras mundiais, também características dos tempos contemporâneos, reforçam a relevância de se debater sobre o desenvolvimento brasileiro, especialmente por dois motivos: o primeiro se refere ao grau de autonomia relativa para o crescimento que o sustentaria, já o segundo, faria referência a uma mudança histórica para o Brasil, pois trataria da adoção de uma postura negativa quanto à “reprimarização” de sua economia (BIELSCHOWSKY, 2012).

Se a compreensão do desenvolvimento deve levar em conta fatores internos e externos, bem como os limites de integração do Brasil ao mundo globalizado, igualmente, deve contemplar os atores, grupos e classes que estão inseridos no processo de definição de estratégias, os embates, conflitos e consensos que são estabelecidos na definição da política de desenvolvimento, que impactam o mundo do trabalho. Além do mais, é importante entender como se efetiva a integração entre as dimensões política e econômica do desenvolvimento, como se busca, por exemplo, por meio da educação promover a produtividade, elevar a participação popular na definição de prioridades etc.

Souza (2018) alerta para os dois tipos de mentiras contados pelo liberalismo hegemônico, tidas como suas grandes armadilhas, que contribuem para a construção da noção de desenvolvimento em países periféricos como o Brasil, a primeira seria quando homens e mulheres são induzidos a pensar que são extremamente capacitados, a segunda diria respeito à ideia de que todos os indivíduos são livres, fortes e dotados de plena autonomia e, além disso, são privilegiados por habitarem um mundo bom, repleto de justiça, clareza, transparência e facilmente compreensível. Essas falsas verdades alimentam uma

perspectiva pautada pela consolidação do processo de escravização das pessoas perante uma determinada ordem social, a qual possui donos que muitas vantagens econômico-financeiras obtêm de tudo isso. Simplesmente pelo fato de que se torna mais fácil explorar indivíduos que imaginam ser livres e autônomos.

Outro fator que perpassa pelo debate sobre o desenvolvimento em nosso país é trazido por Antunes (2018), ao afirmar que o crescimento da superpopulação relativa, ou exército industrial de reserva, assim chamado por Marx, ampliou a força global de trabalho desnecessária. Nesse contexto, “ampliam-se ainda mais os mecanismos de exploração, intensificação e precarização da classe trabalhadora, uma vez que a destruição dos direitos sociais conquistados passa a ser uma imposição do sistema global do capital em sua fase de hegemonia financeira” (ANTUNES, 2008, p. 60). Dessa maneira, o autor torna evidente que o modelo de desenvolvimento adotado pelo Brasil carece de ações coletivas, mostrando-se claramente inclinado a favorecer interesses avessos ao trabalho, pois tenta eliminar direitos e conquistas históricas.

É uma ideia que Braga (2017) corrobora, ao ressaltar que o modelo de desenvolvimento adotado pelo Brasil é o grande responsável pela reprodução das precárias condições de vida, incluídas aqui as cada vez mais frágeis condições laborais, às quais se submetem grande parte da população brasileira. Num quadro que fortalece a instabilidade, ampliam-se as pressões sociais pela implantação de políticas redistributivas que promovam a desconcentração de renda, o crescimento econômico e a formalização do mercado de trabalho. Assim, a compreensão de um desenvolvimento baseado exclusivamente no crescimento econômico, tão disseminada em nosso país até o fim dos anos 1970, contribuiu sobremaneira para perpetuar os privilégios daqueles que vivem da renda em detrimento dos que vivem do trabalho.

Segundo Cano (2017), a desconstrução do modelo de desenvolvimento adotado no Brasil, no período da ditadura civil e militar, deu-se a partir de meados da década de 1980, quando emergiram circunstâncias externas que ensejaram, em primeiro lugar, a reestruturação produtiva nacional, visando à retomada do crescimento econômico, por meio da automatização da produção e da concentração e centralização de capitais principalmente por intermédio de fusões e aquisições. Em segundo lugar, as forças da globalização combinadas

ao modelo neoliberal de desenvolvimento, as quais conjugaram as medidas preconizadas pelo Consenso de Washington⁹, consolidando nos países periféricos, o conjunto de reformas sugeridas por organismos internacionais.

Tais medidas se apresentam como um caminho sem volta, constituindo-se como um verdadeiro passaporte de ingresso e permanência de países periféricos, como é o caso do Brasil, num novo mundo globalizado, cada vez mais desprovido de barreiras econômicas e financeiramente integrado. O acirramento da concorrência e o recrudescimento das chamadas “guerras comerciais”, geradoras de graves tensões mundiais, repercutiram diretamente sob a orientação política adotada pelo Brasil e pelos demais países em desenvolvimento, os quais, como estratégia de sobrevivência, passaram a seguir os preceitos neoliberais.

Oliveira e Carneiro (2013) atestam que houve uma linha de continuidade entre os governos Fernando Henrique e Lula. O Brasil se manteve num patamar elevado de instabilidade e vulnerabilidade, pois foi dada continuidade ao mesmo modelo liberal periférico, caracterizado pelo tripé das liberalização, privatização e desregulação, a combinar elementos tais como a subordinação ao capital financeiro e a excessiva dependência externa: “[a]o analisar o fenômeno em sua estrutura e dinâmica, percebe-se que não houve um rompimento e, sim, uma continuidade, mas com possíveis flexibilizações nas políticas econômicas” (OLIVEIRA; CARNEIRO, 2013, p. 7).

Podemos perceber que, independente da orientação político-partidária do governo que está à frente do poder público, o Estado brasileiro opta por adotar um modelo de desenvolvimento atrelado aos postulados do neoliberalismo. Apoiando-se, dessa forma, no fortalecimento da democracia liberal e no fomento a políticas de desenvolvimento baseadas, prioritariamente, no crescimento econômico atestado por índices previamente definidos por agências internacionais de mensuração.

⁹ Consenso de Washington é uma conjugação de grandes medidas - que se compõe de dez regras básicas - formulado em novembro de 1989 por economistas de instituições financeiras situadas em Washington D.C., como o FMI, o Banco Mundial e o Departamento do Tesouro dos Estados Unidos, fundamentadas num texto do economista John Williamson, do *International Institute for Economy*, e que se tornou a política oficial do Fundo Monetário Internacional em 1990, quando passou a ser "receitado" para promover o "ajustamento macroeconômico" dos países em desenvolvimento que passavam por dificuldades (ALCOFORADO, 1997).

Nesse ponto, convém lembrar que, hoje, a concepção de desenvolvimento dá prioridade a ideias de estabilidade, liberdade e sustentabilidade nos campos econômico, político e social, retirando do Estado o papel de agente central na condução do processo de acumulação de capital, criação de infraestrutura e industrialização. Guimarães (2016), ao analisar a obra de Douglass North, mostra que o alcance do desenvolvimento estaria condicionado à existência de um arcabouço institucional eficiente, com possibilidade de acesso da maior parte da população, capaz de transferir os ganhos da economia para a esfera pública.

Ainda refletindo sobre a tese de North, Guimarães (2016) lembra que o crescimento econômico brasileiro tem sido cíclico e intermitente, e que, apesar do recente enriquecimento, o país mantém patamares inaceitáveis de desigualdade social. O autor traduz a realidade do Brasil, dizendo que se trata de: um Estado centralizador, com baixo grau de transparência e de eficiência, cuja estrutura guarda fortes traços do passado de relações patrimonialistas, nas quais a natureza da relação entre Estado e grupos econômicos ocorrem em prejuízo dos valores democráticos.

Sabemos que o elevado nível de disparidade na sociedade brasileira pode ser atribuído, em boa parte, à falta de transparência da administração pública e à gestão ineficiente de um Estado que centraliza progressivamente o poder. Tal entendimento nos faz pensar que o alcance do desenvolvimento estaria condicionado à promoção de grandes alterações institucionais, capazes de legitimar os valores democráticos e de consolidarem a tão almejada inclusão social.

Educação e desenvolvimento nacional

Favaro e Tumolo (2016), ao analisarem a obra de Dermeval Saviani, abordam a necessidade de articulação entre a educação e o desenvolvimento no Brasil, destacando a importância de reforçar o debate em torno do imperativo de superação do dito subdesenvolvimento e da ajuda que a educação pode oferecer na promoção da humanização do desenvolvimento. Os autores ressaltam a "estratégia de resistência ativa" proposta por Saviani, a qual se traduz em críticas às políticas educacionais em vigor no País, com a sugestão de alternativas mais alinhadas aos interesses populares. Dentre elas, estaria um

projeto de desenvolvimento centrado no homem e, não mais, exclusivamente no mercado.

Os autores rememoram que, a partir da década de 1990, o planejamento educacional passou a levar em conta, prioritariamente, a racionalidade financeira tão propagada pelo neoliberalismo. Afirmam, pois, que a vontade política se constitui como um elemento central, na relação estabelecida entre educação e desenvolvimento econômico, quando se trata da implantação de um sistema nacional de ensino. Defendem que a luta por uma nova política deve ser direcionada à valorização da educação como condição para o alcance de um desenvolvimento mais humanizado e menos submisso ao capital.

Há quem entenda que, uma vez convertido em eixo principal do desenvolvimento, o investimento em educação pode ensejar melhores empregos e salários, maior inclusão social, incremento no consumo, melhoria no setor produtivo e no comércio, mais competitividade e aumento na arrecadação de impostos para arcar com programas sociais. Contudo, para Favolo e Tumolo (2016), o maior obstáculo para a consolidação dessa proposição é a falta de vontade política de empresários e políticos, que só admitem a importância da educação no plano da retórica, ignorando a prática.

Lembram esses autores que, para Saviani, a educação é a força motriz da economia, ou seja, o verdadeiro motor do desenvolvimento. Por isso, deve ser tida como eixo do projeto de desenvolvimento adotado pelo País, projeto esse que deve objetivar a melhor distribuição de renda e a redução das desigualdades socioeconômicas. Concluem que, quando a educação para o desenvolvimento se torna o eixo da economia, torna-se mais fácil enfrentar problemas referentes às desigualdades, ao meio-ambiente e à infraestrutura, mas que "como sua estratégica política exige o investimento público em educação, um grande obstáculo passou a ser o neoliberalismo" (FAVARO; TUMOLO, 2016, p. 564).

De Masi (1999) propõe um caminho a ser seguido por países periféricos no alcance do desenvolvimento, fugindo da estratégia pautada pela industrialização, passando pela produção de ideias e pela assunção de um papel de guia na produção científico-cultural e no setor terciário avançado, tudo isso no âmbito de uma economia integrada. A adoção dessa estratégia aumentaria as possibilidades de conquistas rápidas de posições competitivas e fortaleceria uma aliança operacional entre os países "consumidores" e os "autores da

concepção". Um desenvolvimento concentrado na produção científica, cultural, artística e no lazer.

Na formulação dos novos projetos de desenvolvimento econômico para países periféricos, é notória a preocupação em reduzir os níveis de concentração de renda e, conseqüentemente, controlar o alastramento da pobreza, bem como fomentar políticas públicas orientadas segundo os novos paradigmas de desenvolvimento e as mudanças que se processam no mundo do trabalho. O acesso universal a uma educação de qualidade tem sido considerado uma condição necessária à alavancagem do desenvolvimento nacional, do mesmo modo que se diz urgente a promoção de uma série de ajustes estruturais e o estímulo à execução de programas políticos voltados à articulação dos diversos setores diretamente envolvidos nesse processo.

Sendo, todavia, o modelo de desenvolvimento guiado pelo neoliberalismo, marcado tanto pelo crescimento da concentração de renda e dos níveis de desemprego desenfreados quanto pela educação profissional que nele se fomenta, mostrando-se incapaz de reduzir as disparidades sociais.

Considerações finais

É razoável afirmar que as transformações no mundo do trabalho, provenientes especialmente do processo de financeirização da economia, demandam o estabelecimento de uma política pública de educação profissional que seja capaz de ampliar o diálogo social no sentido de buscar amenizar, ou mesmo, reverter os efeitos negativos da adoção do modelo de desenvolvimento vigente. Esse modelo gera a precarização das relações de trabalho, numa realidade marcada por crises e pelo desemprego estrutural.

A partir da análise sobre o modelo de desenvolvimento nacional, foi possível entender que o fomento às políticas de educação profissional deu-se muito em virtude de aspectos ligados à supremacia de interesses internacionais e de grupos que controlam os processos de produção, consumo e distribuição de riquezas. O foco no atendimento às exigências impostas para o alcance do "crescimento econômico" acabou fazendo dessas políticas públicas apenas mais uma válvula de escape para intensificar a concentração de renda e a desigualdade social; concedendo à educação o papel de protagonista no processo de ajuste do Estado ao projeto neoliberal de desenvolvimento.

O insucesso na adoção das duas correntes de pensamento ligadas ao conceito de crescimento econômico em nosso país, a desenvolvimentista e a neoliberal, deu-se, em grande parte, em virtude de terem sido acatadas com base na dependência econômica do Brasil em relação aos países centrais, desconsiderando fatores internos, tais como os problemas de desemprego e as desigualdades sociais estruturais; e externos, a exemplo das assimetrias existentes no campo da modernização produtiva que limitam a integração do nosso país ao mundo globalizado.

Destacamos, por fim, a necessidade urgente de o Estado fomentar políticas públicas de educação profissional que sejam orientadas segundo os novos paradigmas de desenvolvimento e as mudanças que se processam no mundo do trabalho. Políticas essas que devem contemplar tanto a qualificação técnica de estudantes para inserção no mercado de trabalho como a formação de cidadãos para a construção de uma sociedade mais justa e menos desigual.

Referências

ALCOFORADO, Fernando. **Globalização**. São Paulo: Nobel, 1997.

AMARO, Rogério Roque. Desenvolvimento - um conceito ultrapassado ou em renovação? Da teoria à prática e da prática à teoria. **Cadernos de Estudos Africanos**, n.º 4, ISCTE, Lisboa, 2003. Disponível em: [file:///C:/Users/Fátima/Downloads/8659-Texto%20do%20Trabalho-24434-1-10-20160226%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/Fátima/Downloads/8659-Texto%20do%20Trabalho-24434-1-10-20160226%20(1).pdf). Acesso em: 9 Dez. 2019.

ANTUNES, Ricardo. **O privilégio da servidão**: o novo proletariado de serviços na era digital. São Paulo: Boitempo, 2018. Coleção Mundo do trabalho.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Relatório de Administração do Sistema Especial de Liquidação e Custódia 2019 (SELIC)**. Disponível em: <https://www3.bcb.gov.br/rasselic2019/index.html>. Acesso em: 14 Ago. 2020.

BENEVIDES, Marinina. **Liberdade é escravidão**: uma visão orwelliana das histórias e memórias do processo de transformação institucional do Banco do Brasil (1984-2000). Fortaleza: LCR, 2002.

BERLINCK, Manoel Tosta; COHEN, Youssef. Desenvolvimento Econômico, Crescimento Econômico e Modernização na Cidade de São Paulo. **R. Adm. Emp.**, Rio de Janeiro, 10 (I): 45/64, jan./mar. 1970.

BIELSCHOWSKY, Ricardo. Estratégia de desenvolvimento e as três frentes de expansão no Brasil: um desenho conceitual. **Economia e Sociedade**, Campinas, v. 21, Número Especial, p. 729-747, Dez. 2012.

BIELSCHOWSKY, Ricardo. **Pensamento econômico brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo (1930-1964)**. 2 ed. Rio de Janeiro: Contraponto, 1995.

BRAGA, Ruy. **A rebeldia do precariado: trabalho e neoliberalismo no Sul global**. São Paulo: Boitempo, 2017.

CANO, W. Brasil – construção e desconstrução do desenvolvimento. **Economia e Sociedade**, v. 26, n. 2, p. 265-302, 8 Nov. 2017.

CHICOSKI, Davi. Aspectos da financeirização da economia brasileira. **Revista Pesquisa & Debate**. São Paulo. Vol. 27. Número 1 (49), p. 156-173. Mar 2016. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/rpe/article/view/24723/19260> . Acesso em 14 Ago. 2020.

FAVARO, Neide de Almeida Lança Galvão; TUMOLO, Paulo Sergio. A relação entre educação e desenvolvimento econômico no capitalismo: elementos para um debate. **Educ. Soc.**, Campinas , v. 37, n. 135, p. 557-571, Jun. 2016 . Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73302016000200557&lng=en&nrm=iso . Acesso em: 17 Dez. 2019.

FRIGOTTO, Gaudêncio. A relação da educação profissional e tecnológica com a universalização da educação básica. Trabalho: Horizonte 2021. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 36, n. 132, p. 821-826, Set. 2015 . Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73302015000300821&lng=en&nrm=iso . Acesso em: 21 Nov. 2019.

FURTADO, Celso. **O mito do desenvolvimento econômico**. São Paulo: Círculo do Livro, 1974.

GOOSSEN, Richard J. **E-empendedor: vencendo no mercado virtual corporativo**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2009.

GUILE, David. O que distingue a economia do conhecimento? Implicações para a educação. **Cadernos de Pesquisa**, v. 38, n. 135, p. 611-636, set./dez. 2008. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=6209108>. Acesso em: 12 Ago. 2020.

GUIMARÃES, Sônia Karam. Desenvolvimento econômico-social e instituições no Brasil. **Civitas - Revista de Ciências Sociais**, [S.l.], v. 16, n. 2, p. 259-284, set. 2016. ISSN 1984-7289. Disponível em: <http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/civitas/article/view/23112>. Acesso em: 06 Set. 2019.

HARVEY, David. **A condição pós-moderna**. Uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural: Acumulação flexível – transformação sólida ou reparo temporário. São Paulo: Edições Loyola, 2006.

HENDERSON, Hazel. **Transcendendo a economia**. Trad. Merle Scoss. São Paulo: Cultrix, 1999.

IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua: Notas Metodológicas**. Vol. 1. Rio de Janeiro: IBGE, 2014. Acesso em 3 de Nov. 2019.

LEITE, Pedro Sisnando. **Novo enfoque do desenvolvimento econômico e as teorias convencionais**. 2. Ed. ver. – Fortaleza: Gráfica LCR, 2012.

LEME, Alessandro André. Desenvolvimento e sociologia: uma aproximação necessária. **Soc. estado.**, Brasília, v. 30, n. 2, p. 495-527, Ago. 2015. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69922015000200495&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 4 Out. 2019.

MENEZES, Jessica Lahís S. Bastos de. Os benefícios previdenciários e os aspectos trabalhistas para concessão. **Revista Jus Navigandi**, ISSN 1518-4862, Teresina, ano 23, n. 5579, 10 out. 2018. Disponível em: <https://jus.com.br/artigos/68803>. Acesso em: 21 Dez. 2019.

MINISTÉRIO DA ECONOMIA. SECRETARIA DO TRABALHO. **Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED)**, 2019. Disponível em: <http://pdet.mte.gov.br/publicacoes>. Acesso em: 12 Jan. 2019.

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO DESENVOLVIMENTO E GESTÃO. **Lei Orçamentária Anual, LOA 2019**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/lei/L13978.htm. Acesso em: 15 Ago. 2020.

MIRANDA, Bernardo Pádua Jardim. **Impactos da financeirização sobre a fragilidade micro e macroeconômica**: um estudo para a economia brasileira entre os anos de 1995-2012 [Tese]. Doutorado em Economia da Faculdade de Ciências Econômicas da UFMG, 2013. Disponível em:

https://repositorio.ufmg.br/bitstream/1843/AMSA-9BVK9M/1/tese_bernardo_p_j_miranda_2013.pdf . Acesso em 12 Ago. 2020.

NUNES, Rodrigo Adriano Meirelles; HENZ, Ligia Ismeria; JULIANI, Lucélia Ivonete. Comércio internacional e desenvolvimento econômico. **Revista GESTO**, [S.l.], v. 3, n. 1, p. 50-60, set. 2015. ISSN 2358-0216. Disponível em: <http://srvapp2s.santoangelo.uri.br/seer/index.php/gesto/article/view/1490>. Acesso em: 17 Nov. 2019.

OLIVEIRA, Jussara de Fátima Alves Campos; CARNEIRO, Maria Esperança Fernandes. A educação profissional no contexto político-ideológico neoliberal. In: A PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL. II Colóquio Nacional, Natal, 2013. **Anais [...]** Natal, IFRN, 2013. p. 1-12. Disponível em: <https://ead.ifrn.edu.br/portal/wp-content/uploads/2012/coloquio/anais/eixo1/Jussara%20de%20F%20E%80%A0ti%20Alves%20Campos%20Oliveira%20.pdf>. Acesso em: 26 Out. 2019.

POCHMANN, Marcio. **Desenvolvimento, trabalho e renda no Brasil**: avanços recentes no emprego e na distribuição dos rendimentos. São Paulo : Editora Fundação Perseu Abramo, 2010.

SANTOS, Boaventura. Os processos da globalização. In: _____. (Org.). **A globalização e as Ciências Sociais**. 4ª ed. São Paulo: Cortez, 2011. Cap.1, p. 25 – 102.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Cia. das Letras, 2010.

SOUZA, Jessé. **A classe média no espelho**: sua história, seus sonhos e ilusões, sua realidade. Rio de Janeiro; Estação Brasil, 2018.

UNGER, Roberto Mangabeira. **Economia do Conhecimento**. São Paulo: Autonomia Literária, 2018.

SOBRE OS AUTORES:

Felipe Lustosa Brígido

Doutorando em Políticas Públicas pela Universidade Estadual do Ceará (UECE), onde concluiu o Mestrado em Gestão de Negócios Turísticos. Atua como Analista Legislativo na Assembleia Legislativa do Estado do Ceará.

ORCID iD: <http://orcid.org/0000-0001-5844-9909>

E-mail: lustosab@gmail.com

Marinina Gruska Benevides

Doutora em Sociologia pela Universidade Federal do Ceará (UFC), com Pós-Doutorado em Democracia e Direitos Humanos pela Universidade de Coimbra, Portugal; atualmente desenvolve estágio de Pós-doutoramento em Antropologia e Sociologia na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Atua como Professora Associada da Universidade Estadual do Ceará, onde integra o quadro docente do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e do Curso de Ciências Sociais. É Funcionária aposentada do Banco do Brasil S.A., onde exerceu atividades de gestão em recursos humanos e atuou como psicóloga organizacional, orientadora profissional e educadora corporativa.

ORCID iD: <https://orcid.org/0000-0002-5656-365X>

E-mail: marininagruska@gmail.com

Fabio Gentile

Doutor em Filosofia e Política pela Universidade "L'Orientale" de Nápoles, com Pós-Doutorado em Ciências Políticas pela Universidade de São Paulo (USP). Atua como professor associado I do Departamento de Ciências Sociais da UFC, onde ocupa o cargo de subchefe de departamento, e compõe o quadro docente do Programa de Pós-Graduação em Política Públicas, do qual também ocupa a função de vice coordenador.

ORCID iD: <https://orcid.org/0000-0001-5746-8008>

E-mail: fabio_gentile@ymail.com

Submetido em: 10/06/2020

Aprovado em: 28/09/2020



Esta obra está licenciada com uma Licença
[Creative Commons Atribuição – Não Comercial 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/)